

# Fiscais sem boleto nas mãos

ANA HELENA PAIXÃO

DA EQUIPE DO CORREIO

Há três meses, os 219 fiscais de limpeza urbana do Distrito Federal saem às ruas para um trabalho inútil. Cabe a eles localizar material jogados em lugar irregular; identificar os brasileiros que cometeram a infração, notificando-os e multando-os, além de solicitar a remoção da sujeira. No entanto, o serviço está prejudicado: faltam apoio logístico e materiais de expediente e de segurança. O maior problema é a falta de boletos de notificação e de infração. Os fiscais encontram os dejetos, identificam os infratores, mas não dispõem de meios, fora o diálogo, para convencê-los a recolher o lixo.

Na semana passada, o **Correio** acompanhou o trabalho dos fiscais. Em Ceilândia, a reportagem flagrou dois homens jogarem entulho na EQNM 5/7, onde há grande quantidade de lixo e entulho. Eles carregavam um carrinho de mão abarrotado de areia e sobras de construção. Ali, a dupla se deparou com um grupo de fiscais de limpeza. A conversa foi curta.

“Não pode jogar entulho aqui”, disse o fiscal João Andrade, que atua em Ceilândia. “Por quê? Está cheio de lixo? O senhor vai fazer alguma coisa comigo?”, rebateu um dos homens, que despejou o carrinho de mão na área pública.

Segundo os fiscais, a cena se repe-

te em todo o DF desde abril. “Sem os boletos, só podemos tentar convencer o morador a jogar o material no lugar certo”, detalha João Andrade. “Por mês, fazia no mínimo 40 notificações. Agora, não dá para trabalhar. Sabendo que não serão punidos, ninguém colabora.”

Quando dispõe de boletos, a equipe vai até a casa do infrator e o notifica, dando prazo para a remoção do material. “O prazo pode ser de reco-

número caiu para 56 no mesmo período de 2004.

“Com o fim dos boletos, além da queda nas notificações, começaram a surgir casos de hantavirose e de leptospirose no DF”, associa o fiscal de Samambaia Rildo Wagner. “É um risco para a população. Sabemos onde está o lixo, quem sujou as cidades, mas não podemos fazer nada por falta de um papel.”

As quadras da QNP em Ceilândia são vizinhas a uma área de transição entre as zonas rural e urbana, propícia à proliferação de ratos silvestres — os transmissores da hantavirose. Em vários locais, terrenos públicos foram transformados em lixeiras onde ratas e camundongos multiplicam-se.

As reclamações são comuns na cidade. “Passaram nas casas, dizendo que iam recolher lixo todo dia. Minha irmã mora aqui há oito meses e nunca levaram nada. O jeito é jogar tudo na rua e esperar que juntem”, conta o vigilante João Pereira, 28 anos, que é

irmão de uma moradora da QNP 21.

O diretor de operações da Belacap, Expedito Silva, reconhece a falta de boletos. “Assim que soube do problema, pedi reposição à diretoria financeira. O caso está na central de compras do governo”, resumiu o diretor, que não soube explicar por que, passados três meses, a encomenda ainda não foi entregue. “Entramos na fila. Não dá para calcular quando o pedido será atendido.”



## RISCO

CÃES REVIRAM SACOS DE LIXO: ÁREAS PÚBLICAS SEM LIMPEZA

lhimento imediato ou até de oito dias. Depois, voltamos. Se tiver tudo igual, aplicamos multa entre R\$ 50 e R\$ 5 mil”, explica Sueli Borges, fiscal de São Sebastião.

As estatísticas do Serviço de Ajudamento e Limpeza Urbana do DF (Belacap) confirmam o problema. Houve queda de quase 80% no número de autuações: enquanto foram lavrados 285 autos de infração no primeiro semestre de 2003, esse